



6º Simposio de Ensino de Graduação

HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Autor(es)

ACACIA DE FATIMA VENTURA

Co-Autor(es)

SORAIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA
SÔNIA MARIA RODRIGUES DE CASTRO

1. Introdução

Ao longo do século passado, as mulheres empreenderam inúmeras batalhas político-sociais em prol de seus direitos, obtendo valiosas e diversificadas conquistas. A mais expressiva foi a possibilidade de atuar num dos seguimentos sociais de maior relevância, qual seja, o contexto de trabalho formal, até então exclusivo dos homens. Hoje o contingente de mulheres que exerce atividades profissionais é bastante expressivo, sendo que muitas delas mantêm financeiramente suas casas e seus filhos. Percebe-se, assim, que o trabalho vem ocupando, cada vez mais, um papel central na vida das trabalhadoras, transformando-se no elemento primordial para a constituição de suas identidades e para a reafirmação de sua igualdade de condições em relação ao sexo masculino.

2. Objetivos

Pretende-se evidenciar as crescentes exigências impostas às mulheres pelo contexto formal de trabalho, somadas às obrigações informais de cuidar dos filhos e do lar, têm ocasionado seu sofrimento na atualidade; sofrimento este, muitas vezes convertido em enfermidades orgânicas e psíquicas. Assim, se pretende levar o leitor a refletir sobre o ser mulher no mundo do trabalho contemporâneo.

3. Desenvolvimento

Segundo Wiegerinck (1995) até o início do século XIX, imperava um modelo familiar tradicional e clássico, que consagrava uma divisão social de papéis clara e objetiva, segundo a qual, os homens seriam os responsáveis por proverem o sustento familiar e as mulheres por realizarem as tarefas relativas à esfera doméstica. Contudo, sob a influência da Revolução Industrial (Século XVIII, Inglaterra), quando as indústrias se depararam com necessidades crescentes de ampliação de sua força de trabalho (até então composta integralmente por homens), e de especializá-la para operar maquinários tecnológicos e novos instrumentais que começavam a compor seu cotidiano. Foi justamente neste íterim que as mulheres adentraram no

processo produtivo e, junto aos homens, passaram a compor a força de trabalho fabril; o que fez com que a relação de gênero – antes claramente definida – perdesse sua nitidez. Desde então, a expansão da atuação feminina no mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais expressiva, principalmente depois dos ideais do movimento feminista (década de 1960), que representou uma batalha ideológica e política voltada à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Hoje, início do século XXI, o que se verifica é a participação maciça do sexo feminino em todas as esferas concernentes ao universo do trabalho (FLECK e WAGNER, 2003, p. 31).

Não obstante esta expansão do trabalho feminino ter representado uma conquista, também intensificou as responsabilidades sociais das mulheres, que, além das incumbências de sua atividade profissional, têm de responder às demandas do mundo privado. Verifica-se que, embora os papéis sociais assumidos por homens e mulheres não sejam mais os mesmos de outrora, às mulheres couberam mais responsabilidades e deveres na atual conjuntura social. As múltiplas responsabilidades mantidas pelo sexo feminino – especialmente as tarefas domésticas, tidas como não-mercantis – são de extrema importância, visto que é através delas que a ordem vigente se mantém e se reproduz.

Na análise da participação das mulheres no mercado de trabalho é preciso considerar que, apesar de algumas conquistas, elas não conseguiram alcançar, efetivamente, uma igualdade de direitos neste cenário. Prova disso é que ocupam posição subalterna na hierarquia trabalhista, e são expostas a condições diferenciadas das dos homens no processo produtivo. O preconceito e a opressão contra a mulher trabalhadora também se manifestam na desigualdade salarial, o que contradiz sua crescente participação no mercado de trabalho (ANTUNES, 2001, p. 105). O grave no descompasso salarial entre homens e mulheres são as justificativas que as sustentam, deveras infundadas e preconceituosas que se ancoram na argumentação não comprovada de que “a mulher trabalha menos, falta mais, mantém-se no emprego menos tempo; o que torna seu aprendizado mais caro, e se recusa a desempenhar certas tarefas como limpeza e conserto de máquinas” (BLAY; 1978:75-76).

Inocente e Camargo (1999) evidenciam que o ambiente de trabalho marcado por cobranças recorrentes, competitividade acirrada, ameaças constantes e exigências que requerem do indivíduo um esforço superior ao que é capaz de oferecer provoca desgaste físico e psicológico no trabalhador. São evidentes tais desgastes, porém nem sempre suficientes para determinar um Transtorno Psicológico, em todos os casos, as pressões excessivas exercidas pelo trabalho ocasionarão um sofrimento crônico, que inevitavelmente provocará alterações no funcionamento psíquico do indivíduo, conduzindo-o a sério desequilíbrio desta ordem e a vários prejuízos afins.

Faria (1998) destaca que quando a organização do trabalho é muito rígida e controladora, os indivíduos mais propensos do ponto de vista psicológico tendem a apresentar quadros neuróticos e depressivos. Lamontagne (1995) assevera que o trabalho organizado de forma rígida e embotado pode provocar deterioração do rendimento e produtividade do trabalhador, seguido de depressão, cuja característica principal é a total apatia e incapacidade de oferecer respostas às demandas do ambiente onde está inserido. Em igual perspectiva, Inocente e Camargo (1999) ressaltam que diferentes tipos de depressão podem ter sua gênese, desencadeamento e evolução ligadas às atividades laborais.

Percebe-se que os autores que ligam o trabalho aversivo com o desenvolvimento do sofrimento psíquico dos trabalhadores ou (em grau mais intenso de estresse) de doenças de diversas ordens, há o consenso de que as mulheres são as principais vítimas das patologias registradas no contexto laboral. Ows (In GUIMARÃES, 1999, p. 67), ressalta que recentes pesquisas sobre o impacto dos problemas físicos e mentais apresentados pelos trabalhadores evidenciam que 72% das queixas registradas, têm origem psicológica ou psiquiátrica e ocorreram com mulheres, bem como, 55% de queixas relacionadas a outras causas de incapacitação também foram mais freqüentes no sexo feminino. Além disso, sabe-se que do ponto de vista orgânico, as mulheres têm grandes descargas hormonais e sofrem processos fisiológicos aos quais os homens não são submetidos, devido às disparidades na constituição orgânica de ambos os sexos.

Argumenta-se que estes processos orgânicos enfrentados pelas mulheres causariam alterações de humor, passíveis de produzir estresses e estados de irritabilidade, porém o mais significativo e problemático para explicar a questão, parece ser o de que elas enfrentam condições de trabalho muito mais maçantes que aquelas vivenciadas por eles. As mulheres têm de conviver com o fato de que, embora possuam as mesmas potencialidades intelectuais que os homens, nunca terão os mesmos: direitos, salários e prestígio de que desfrutaram os representantes do sexo masculino. Às mulheres são reservados, no seio da produção, cargos subalternos e tarefas árduas e maçantes que as destinadas aos homens, aos quais cabem as funções de chefia e de coordenação das atividades. Pressionadas, frustradas e sobrecarregadas de tarefas, as mulheres certamente estariam mais propensas que os homens ao sofrimento e ao desenvolvimento de quadros de depressão, ansiedade crônica, transtornos de humor, sintomas obsessivos, dentre outras doenças.

É possível entender que a diferente alocação dos gêneros na hierarquia da produção não é produto de uma suposta diferença intelectual entre homens e mulheres, mas de uma forma de organização social que prescreve a superioridade de uns sobre os outros e que determina a existência de duas categorias possíveis de sujeitos: os dominadores e os dominados. Esta é, pois, uma problemática de caráter político e não individual, como erroneamente se pensa; porém, o problemático deste processo é que as mulheres tendem a se culpabilizar pelo fato de não desfrutarem dos mesmos privilégios de que desfruta os homens. Acredita-se que o fator de sustentação do conformismo e da ausência de questionamento por parte das trabalhadoras acerca de suas precárias condições profissionais, seja o preconceito, que de fortemente legitimado, já se faz arraigado no próprio imaginário do oprimido. Vive-se em um estágio onde é cada vez mais difícil superar as diferenças entre os sexos, uma vez que as próprias mulheres aceitam passivamente sua inferioridade e sua condição de subserviência. Dessa forma, ignoram a base social de seu sofrimento psíquico, bem como, a possibilidade de superação do mesmo por essa via.

4. Resultado e Discussão

Embora não se tenha realizado uma investigação de ordem prática, que precisasse os impactos das condições hostis de trabalho para a saúde e o bem-estar da mulher trabalhadora, através do resgate teórico empreendido foi possível constatar: dentre outras evidências, percebe-se que as mulheres, apesar das conquistas profissionais alcançadas ao longo de um histórico de lutas, ocupam a base da hierarquia produtiva, enquanto aos homens é reservado o topo da hierarquia, onde encontram cargos de chefia, coordenação e deliberação das ações. As mulheres não têm consciência do nexos existente entre seu sofrimento e as abusivas condições trabalhistas à que são submetidas, tendendo a delegar a si mesma as causas de suas afecções orgânicas e subjetivas, ao invés de problematizar as implicações sociais do trabalho na produção e perpetuação de seu sofrer.

5. Considerações Finais

Não há dúvidas de que um estudo de qualquer natureza sempre promove acréscimos significativos para aqueles que dele se apropriam, ou seja, qualquer conhecimento novo leva a uma desconstrução de antigos conceitos, à elaboração de novas sínteses e à incorporação de um jeito inédito de olhar para um dado fenômeno da realidade, impulsionando, por conseguinte, o crescimento intelectual do pesquisador.

É preciso considerar que alguns temas específicos também têm o poder de ampliar a compreensão sobre a relação do homem com o momento histórico-social por ele vivenciado. Isso se faz importante porque permite a reflexão sobre a realidade social circundante, entendendo-a não como um fenômeno essencialmente dado, mas como uma forma possível de organização que pode ser mudada ao sabor dos anseios e necessidades históricas.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R.. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BLAY, E.A.. *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo: Ática, 1978.
- FARIA, M.A.M.. O trabalho e o processo saúde-doença. In: VOLICH, R.M.; FERRAZ, F.C. & ARANTES, M.A.A.C. (orgs). *Psicossomática II: Psicossomática e Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- FLECK, A.C.; WAGNER, A.. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 8, n. spe, 2003. Disponível em: . Acesso em: 15 Março 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1413-73722003000300005
- GUIMARÃES, L.A.M.; CARDOSO, W.L.C.D.; GRUBITS, S.; MARTINS, D.A. Prevalência de transtornos mentais nos ambientes de trabalho. In GUIMARÃES, L.A.M.. *Saúde mental e trabalho*, vol. I. São Paulo: o.Casa do Psicólogo,1999. p.61-70.
- INOCENTE, N. J.; CAMARGO, D. A. de. Contribuições para o diagnóstico da depressão no trabalho. In GUIMARÃES, L.A.M.. *Saúde mental e trabalho*, vol. III. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p.131-144.
- LAMONTAGNE, Y. *La mi-carrière, problèmes et solutions*. Québec: Guy Saint-Jean Éditeur, 1995.
- WIEGERINCK, J. *O trabalho visto pelos meus olhos*. São Paulo: São Paulo: Papyrus Edicon, 1995.